

desarrollo productivo

Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998

Guilherme Leite da Silva Dias

Cicely Moitinho Amaral



NACIONES UNIDAS



Red de Desarrollo Agropecuario

Unidad de Desarrollo Agrícola
División de Desarrollo Productivo y Empresarial

Santiago de Chile, enero de 2001

Este documento fue preparado por los señores Guilherme Leite da Silva Dias y Cicely Moitinho Amaral, consultores de la Unidad de Desarrollo Agrícola de la División de Desarrollo Productivo y Empresarial, en el marco del Proyecto Crecimiento, empleo y equidad (HOL/97/6034), financiado por el Gobierno de los Países Bajos.

Las opiniones expresadas en este documento, que no ha sido sometido a revisión editorial, son de exclusiva responsabilidad del autor y pueden no coincidir con las de la Organización.

Publicación de las Naciones Unidas

LC/L.1485-P

ISSN: 1020-5179

ISBN: 92-1-321784-6

Copyright © Naciones Unidas, enero de 2001. Todos los derechos reservados

Nº de venta: S.01.II.G.17

Impreso en Naciones Unidas, Santiago de Chile

La autorización para reproducir total o parcialmente esta obra debe solicitarse al Secretario de la Junta de Publicaciones, Sede de las Naciones Unidas, Nueva York, N. Y. 10017, Estados Unidos. Los Estados miembros y sus instituciones gubernamentales pueden reproducir esta obra sin autorización previa. Sólo se les solicita que mencionen la fuente e informen a las Naciones Unidas de tal reproducción.

Sumário

Resumen	5
Introdução	7
I. Descontinuidade do modelo de crescimento agrícola	11
II. O ajuste microeconômico ao nível das unidades produtivas	15
A. Aumento da produtividade da terra	15
B. Redução do emprego rural e mudanças na estrutura da firmas agrícolas.....	18
C. A elevação da relação de trocas.....	21
D. Aumento do poder de compra dos agricultores	22
III. Impactos da instabilidade macroeconômica	25
Referências bibliográficas	29
Serie Desarrollo productivo: números publicados	31

Sumário de tabelas

Tabela 1	Transferências diretas e indiretas de recursos, 1966-1983.....	13
Tabela 2	Evolução dos índices de produtividade, 1987-1998.....	16
Tabela 3	Índice de produtividade das culturas mais importantes, 1986-1998	17
Tabela 4	Pessoal ocupado na agricultura por categoria, 1985-1995.....	19
Tabela 5	Ranking e evolução da renda domiciliar rural e de seus componentes nos estados, 1991-1993.....	20
Tabela 6	Quantidade e valor de benefícios rurais, 1991-1995.....	20
Tabela 7	Evolução das relações de troca, 1987-1998	22
Tabela 8	Relações de troca de produtos selecionados, 1987-1998	22
Tabela 9	Evolução do poder de compra dos setores de pecuária e lavoura, 1987-1998.....	23

Sumário de gráficos

Gráfico 1	Índice da produção agropecuária, 1969-1998	8
Gráfico 2	Evolução do grau de abertura do setor agropecuário, 1962-1996.....	9
Gráfico 3	Evolução dos valores de crédito rural concedido,-1965-1997	14
Gráfico 4	Evolução da taxa de câmbio real, 1977-1998.....	26
Gráfico 5	Evolução das margens de comercialização, 1980-1995	27
Gráfico 6	Evolução do poder de compra do salário na construção civil, 1980/1997	27

Resumen

Al comienzo de la década de los ochenta, la crisis de financiamiento externo de la deuda pública y la incapacidad de obtener un financiamiento interno estable, sumergió al país en 15 años de hiperinflación, limitando la transferencia de recursos del Estado al sector agrícola. El programa de crédito rural subsidiado y la política de garantía de precios mínimos pierden su capacidad de coordinación sobre la estabilización de ingreso del sector y la expansión de la frontera agrícola hacia nuevas áreas y productivas de la región centro-oeste y norte del país.

Los sucesivos intentos frustrados de estabilización de la economía provocaron inestabilidad en los precios relativos y rupturas en los contratos de financiamiento con una consecuente reducción drástica de los mercados de crédito para el sector privado de la economía. Conjuntamente con la exposición a los mercados internacionales y con la ausencia de la protección gubernamental, se produce una elevada transferencia de riesgo hacia los agricultores que pasan a ser discriminados por el mercado financiero interno.

La apertura trajo mayor competitividad a los productos agrícolas, y fue en el mercado de insumos donde ejerció el mayor impacto. Estos eran los mercados menos competitivos y los que más absorbieron los subsidios otorgados al sector rural en el pasado. Como resultado, se produjo una recomposición favorable de los términos de intercambio interno, que conjuntamente con los aumentos de productividad dieron mayor poder de compra al sector productivo agrícola. Esta fue la fuente de capitalización interna que explica el crecimiento del sector y al mismo tiempo fija sus límites.

En la década de los noventa se empieza a configurar un nuevo modelo de financiamiento y coordinación a partir del sistema de distribución de las cadenas de supermercados al detalle y a través del sistema agroindustrial exportador. Estos sectores concentraron liquidez porque venden al contado en el mercado interno y tuvieron acceso privilegiado al crédito externo a través de importaciones financiadas desde afuera y/o anticipos de recursos sobre las exportaciones, y que en conjunto fueron sustituyendo el antiguo rol ejercido por el Estado.

Dos aspectos importantes de esta transición no están aún suficientemente analizados. El primero, es el desempleo de la mano de obra menos calificada dentro de este fuerte proceso de aumento de productividad, que estuvo acompañada de una reducción del número de establecimientos productivos y una caída en el precio de la tierra después de la estabilización. El segundo aspecto resulta de una combinación de los efectos de la valorización de la moneda a lo largo del proceso de estabilización y del dinamismo del mercado interno de alimentos, que impidieron una expansión de la agricultura hacia el mercado externo a pesar de la eliminación de los principales elementos discriminatorios de la política comercial agrícola que se pusieron en práctica durante ese período.

Introdução ¹

Até meados dos anos oitenta, a agricultura experimentou um período de contínua intervenção governamental dentro de um modelo de desenvolvimento onde o Estado participava como concentrador da poupança doméstica, como controlador direto das empresas de serviços de infra-estrutura e de algumas indústrias de base, como a petroquímica, um modelo de substituição de importações. Coube ao setor agrícola cumprir funções típicas deste modelo de desenvolvimento como gerar divisas com câmbio sobrevalorizado, liberar mão de obra para o setor urbano mantendo uma oferta de alimentos de baixo custo, ou seja viabilizando um nível de salário real baixo nos centros industriais emergentes. Nos anos setenta cumpria também a função de *substituir importações de insumos agroindustriais, especialmente* fertilizantes, tratores, equipamentos mecânicos e outras, apoiada por um amplo esquema de incentivos fiscais, de crédito rural com taxas de juros subsidiadas e de programas de sustentação de preços mínimos financiados pelo governo federal.

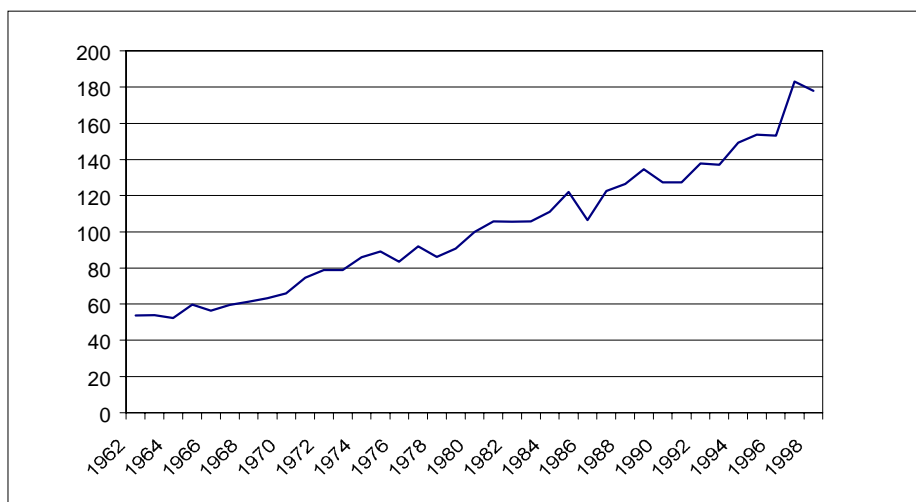
No final dos anos oitenta, depois de mais de dez anos de crise de crescimento o Estado deixa de ser um poupador líquido e a dívida pública interna e externa ficam insustentáveis num processo aberto de hiper-inflação. O modelo intervencionista deu lugar a um novo modelo com uma política comercial muito mais liberal.

¹ Os autores agradem ao Alexandre Lahoz e Leila Vieira, da MBA.

O governo ainda promove algumas políticas de sustentação de preços e também alguns programas sociais compensatórios dirigidos a grupos mais específicos como os idosos, para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra.

Embora esta transição, marcada por reformas, tenha sido rápida e o setor agrícola tenha perdido e seu principal mecanismo de compensação, o programa oficial de crédito altamente subsidiado, existe uma certa surpresa no fato de que a produção manteve sua trajetória de crescimento, sem apresentar profundas crises de ajustamento, frequentes na experiência mundial recente de países com mudanças estruturais mais significativas (Gráfico 1). exceto por uma curta crise em 1986 e menores declínios em 91 e 92, motivados por clima adverso e um declínio maior em 1996/97, associado a fatores da política de estabilização (moeda valorizada e taxas de juros elevadas) e preços internacionais muito baixos, provocando uma crise de endividamento. Outro aspecto que surpreende é o grau de abertura do do setor agrícola, medido pelo valor das exportações sobre a produção doméstica, avaliados (produção e exportações) aos preços de 1996, que pára de crescer e chega, até, a apresentar uma leve tendência de redução (Gráfico 2). Fica evidente que o “viés” pró-exportação estava presente no modelo anterior porque durante a crise de crescimento dos anos oitenta e, mesmo depois da estabilização, o grau de abertura não recupera a tendência registrada até 1983.

Gráfico 1
ÍNDICE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, 1969-1998

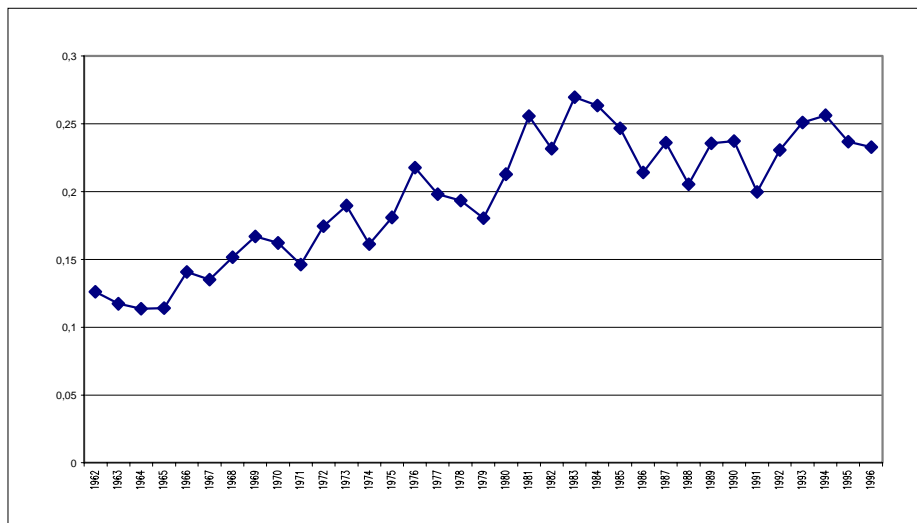


Fonte: FIBGE, elaboração MBA.

Este artigo procura explicar esse desempenho peculiar do setor agrícola brasileiro com os seguintes elementos: a) uma discussão sobre a descontinuidade do modelo de crescimento agrícola na Seção 2; b) um conjunto de fatores macroeconômicos, discutido na Seção 4, indicam que as mudanças estruturais ainda estão incompletas com uma moeda doméstica muito valorizada e uma elevada dependência de poupanças externas que se traduz em taxas de juros muito elevadas; c) a estabilização do processo inflacionário e, em menor expressão, algumas políticas sociais compensatórias, discutidos na Seção 3, sustentaram o crescimento da demanda doméstica sobre o setor agrícola; e, finalmente, d) um argumento de ordem micro, discutido na Seção 3, onde o crescimento de produtividade ao nível da firma mais capitalizada e uma evolução favorável da relação de troca (produto/insumo) sustentam o crescimento da produção agregada.

Com o propósito subsidiar o leitor, iniciaremos na seção que segue uma breve descrição dos fatos que levaram à descontinuidade da política agrícola anterior.

Gráfico 2
EVOLUÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO, 1962-1996
 (%)



I. Descontinuidade do modelo de crescimento agrícola

De 1950 a 1975, a economia brasileira cresceu a taxas próximas de 7% ao ano. As taxas de crescimento da agricultura estiveram entre 4 e 5% ao ano, tendo a expansão de fronteira como a principal fonte desse crescimento. Nessa fase, a economia passava por um processo de substituição de importações que envolvia também a implantação de uma indústria de insumos e máquinas para a agricultura. O setor agrícola não se beneficiava das vantagens de importações de insumos a preços menores e se prejudicava também com a política de taxas múltiplas de câmbio predominantes no período.

A percepção de esgotamento da fonte tradicional de crescimento da agricultura levou o governo a adotar mecanismos destinados a atingir vários objetivos: a) modernizar a agricultura para incorporar novas fontes de crescimento da produção; b) incentivar a produção de alimentos, importante componente dos salários urbanos; e c) administrar os preços agrícolas de forma a suavizar pressões inflacionárias.

Além dos mecanismos de política comercial que usara desde os anos 50, o governo passou a usar a partir da Segunda metade dos anos 60 dois importantes instrumentos: o crédito rural e a política de garantia de preços mínimos. Esses instrumentos são muito eficazes nas décadas de 70 e início da década de 80 e começam a ser descontinuados a partir de meados da década de 80 com o início das reformas estruturais. Um outro modelo começa a tomar forma, sem ainda se consolidar em fins da década de 90.

Antes de discorrer sobre as reformas estruturais, será elucidativo discutir alguns indicadores da política anterior. Um ponto de partida para avaliar a direção e intensidade das principais forças de mercado no início dos anos 80 e a analisar as transformações no período que seguiu é o trabalho Brandão & Carvalho (1990). É um dos textos que melhor sintetiza evidências relevantes das décadas 60/80 e que poderia mais retratar o que se concebe como "viés contra a agricultura".

Os autores usam um esquema análise de equilíbrio parcial para investigar essa fase do chamado "viés contra a agricultura". Procuram investigar a direção das forças de mercado, refletidas nos movimentos dos preços relativos, e apontar as principais relações com as mudanças observadas no período. Os resultados do trabalho apontam para um conjunto de fatos relevantes para se entender as transformações recentes:

O "viés contra a agricultura" no Brasil foi, fundamentalmente, um viés de natureza alocativa. Tanto a política de preços mínimos como a política de crédito rural beneficiaram mais alguns subsectores na agricultura e prejudicaram outros (veja-se Goldin e Rezende, 1993). Possivelmente, o principal viés foi conter o nível de internacionalização da agricultura, evitando que o crescimento das exportações agrícolas atingisse um patamar mais elevado mesmo quando se considera as condições pouco favoráveis do mercado internacional. Com relação a esse último aspecto, é relevante lembrar que a partir do início dos anos 70, se intensifica uma política deliberada de subsídios à exportação de produtos agroindustriais, prejudicando as exportações de produtos agrícolas 'in natura'. O caso mais ilustrativo é o do algodão que era produto de exportação antes da política e passou para a pauta de produtos importados.

Em primeiro lugar, ocorre uma transferência média anual (incluindo o efeito do crédito) positiva para a agricultura de cerca de 8% do PIB agrícola no período 1975/83. Esta transferência foi resultado de intervenções "diretas" sobre os mercados de produtos agropecuários e indiretas, incluindo o impacto de tarifas e subsídios a importações e exportações e a carga dos impostos indiretos. O elemento mais importante em média, é o subsídio no crédito rural, principalmente na forma de taxas reais de juros negativas (Tabela 1).

Em segundo lugar, o esquema de subsídios e de preços relativos artificialmente criado pela política governamental exerceu impactos de relevância: a) privilegiou-se a produção de alimentos em detrimento dos produtos de exportação. Esta transferência dentro do setor agrícola inibiu a vocação natural exportadora da agricultura. Com o sistema de intervenção, os cultivos de exportação deixaram de gerar cerca de 10% de produção anualmente. Para isso, contribuiu o fato de que os preços relativos de produtos exportáveis (soja, algodão e milho) ficaram entre 10 e 30% abaixo dos preços dos alimentos (arroz e trigo); b) a produção efetiva ficou abaixo da produção que seria esperada numa situação de livre comércio, para todos os produtos analisados (algodão, soja, milho, arroz e trigo). Apenas soja teve a produção efetiva não muito diferente daquela esperada sem intervenção.

A produção de milho esteve entre 4 e 39% abaixo do que poderia ter sido; c) o consumo efetivo foi maior do que daria uma situação sem distorções para todos os produtos. O consumo de trigo superou em 34% o nível de consumo sob uma situação sem intervenção. O consumo de óleo de algodão foi 14,6% e o de milho 10,7% maior do que os níveis que se observariam em uma situação com livre mercado; d) a importação de fertilizantes teria aumentado muito pouco com um sistema mais liberal; e) impacto distributivo do período prejudicou os consumidores de baixa renda em relação aos consumidores de altas rendas.

Tabela 1
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS DE RECURSOS, 1966-1983
(% do PIB agrícola)

Ano	Transferências			
	Crédito incluído		Crédito excluído	
	Direto	Total	Direto	Total
1966	4.53	4.75	2.05	2.28
1967	5.35	4.78	2.99	2.42
1968	2.91	1.75	-0.25	-1.4
1969	6.79	5.64	3.65	2.5
1970	18.34	16.6	14.4	12.67
1971	19.55	16.1	14.99	11.54
1972	14.51	11.08	1.43	7
1973	2.72	-0.56	-0.81	-4.08
1974	-2.96	-13.97	-8.77	-19.79
1975	5.38	-2.97	-4.7	-13.06
1976	9.01	4.31	-3.43	-8.13
1977	8.19	5.8	-2.67	-5.06
1978	7.48	4.7	-2.09	-4.87
1979	7.67	1.93	-4.79	-10.53
1980	22.79	18.98	-7.5	-11.31
1981	9.56	6.77	-0.45	-3.54
1982	3.54	-1.35	-6.75	-11.64
1983	0.81	-1.83	-3.83	-6.47

Fonte: Brandão e Carvalho, 1990.

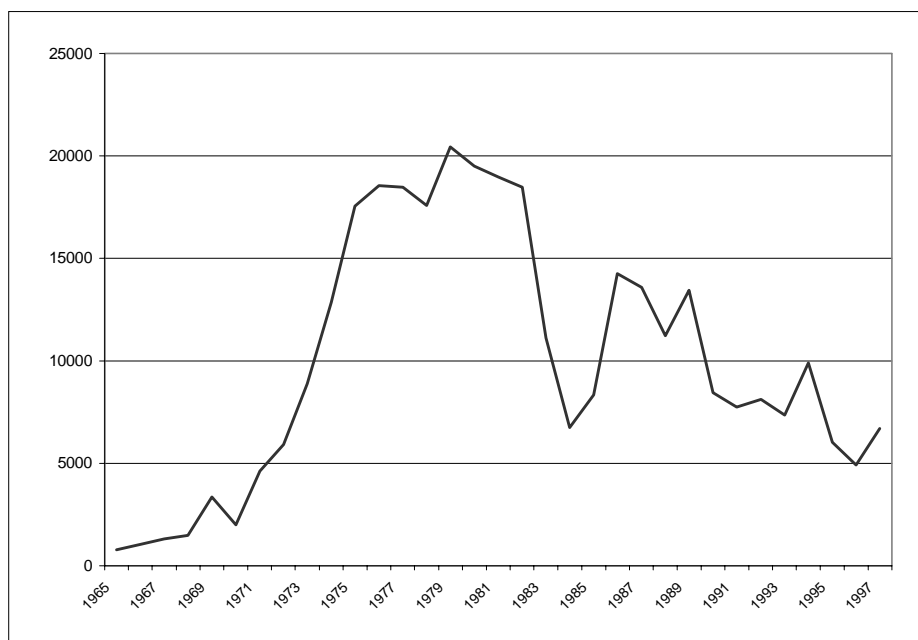
O instrumento de política de maior impacto foi o crédito rural, que redistribuía os incentivos funcionando assim como o elemento coordenador do processo. O impacto do crédito rural subsidiado foi tão expressivo que se pode afirmar que ocorreu "um viés a favor da agricultura brasileira na década de 70" ao invés do que a literatura especializada chama de "viés contra a agricultura". Todavia, desaparecem essas vantagens para o setor a partir dos anos 80, com a descontinuidade do programa de crédito rural subsidiado. Nesta fase, fica transparente o viés contra a agricultura quando não se considera a transferências financeiras, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

É nesse período que a inflação se acelera pelos mecanismos da indexação e o mercado internacional de capitais se fecha para o Brasil. O setor agrícola passa então a experimentar um gradual afastamento do governo e vive os dismantelamentos dos instrumentos de intervenção na agricultura que foram intensamente utilizados desde os anos 60. Com a recessão que atinge a economia no início dos anos 80, em função principalmente da crise da dívida externa, o governo perde sua capacidade de continuar assistindo a agricultura com injeção de recursos públicos, principalmente através do crédito rural subsidiado e da política de garantia de preços mínimos. A intervenção governamental na agricultura exerceu seu papel positivo enquanto foi possível injetar crédito para investimento, criação de infra-estrutura e nova tecnologia, possibilitando a expansão da fronteira agrícola em direção a áreas geográficas novas e mais produtivas da Região Centro Oeste e do Brasil Central

A partir de 1983, com o desaparecimento do principal mecanismo de compensação da agricultura (subsídio no crédito rural), aparecem fortes pressões políticas do setor rural contra os elementos de discriminação dados pelas intervenções governamentais. Essas pressões do setor se somam a outras de organismos internacionais, em especial do Banco Mundial que as expressa nas salvaguardas contidas nos projetos de ajuda setorial. Começa então a configurar-se com maior

clareza novo modelo que tomaria forma a partir de meados dos anos 80. A agricultura passará a se relacionar de modo muito mais integrado, de um lado, com o sistema de distribuição, composto por setores agro-industrial e por cadeias de supermercados varejistas e de outro lado, com os fornecedores de insumos e serviços. A nova estrutura de abastecimento acompanha de perto o ritmo acelerado de urbanização do país e imprime nova configuração no comércio de alimentos e outros produtos agrícolas e passa a liderar e coordenar processos produtivos de grandes segmentos da agricultura, imprimindo-lhes procedimentos padronizados e maior eficiência. Essa força coordenadora tem base na liquidez concentrada nas cadeias de supermercados, nas indústrias de alimentos, nos traders e também na indústria de insumos. No período em que o sistema de crédito rural oficial se esgota, essas novas fontes de financiamento começam a ocupar espaço. Os supermercados concentram liquidez porque operam através de compras à prazo e vendas à vista, em grande escala. Os traders/processadores detêm acesso privilegiado ao crédito externo através de importações financiadas e ou antecipações de recursos sobre exportações. Nesse novo ambiente mais integrado com outros setores da economia, a agricultura experimenta talvez o fato explicativo mais importante para se entender a sua dinâmica de crescimento positivo no período: o crescimento sistemático da produtividade, assunto que passaremos a discutir.

Gráfico 3
EVOLUÇÃO DOS VALORES DE CRÉDITO RURAL CONCEDIDO,-1965-1997



II. O ajuste microeconômico ao nível das unidades produtivas

Um novo conjunto de incentivos, agora predominantemente de mercado, começa a se formar na agricultura. A hipótese que seguimos é de que, a partir da segunda metade dos anos 80, a perda das transferências de renda via crédito subsidiado induz os agricultores a um processo de redução dos custos médios ao nível da propriedade agrícola. O instrumento mais importante foi o crescimento vigoroso da produtividade no nível da unidade produtiva, com redução moderada da área cultivada mas forte redução do emprego de mão de obra.

A. Aumento da produtividade da terra

Os indicadores de produtividade da agricultura, quer de lavouras quer da pecuária, registram um crescimento sistemático no período de 1987 a 1998. É importante ter em mente que a evolução tecnológica na agricultura brasileira se deu de forma desigual quer entre produtores quer entre regiões. Dessa forma, deve-se levar em consideração que os índices médios de crescimento da produtividade envolvem uma variância, muitas vezes elevada, que este trabalho não registrou. Construiu-se um índice de produtividade do setor de lavouras a partir das produtividades individuais, usando como peso de ponderação a participação do valor de cada cultura no valor global da produção de um ano base. O comportamento desses índices médios de produtividade mostra um crescimento positivo em quase todos os anos da década.

A taxa de crescimento desse indicador de produtividade no período 1987/98 esteve próxima de 1,85% ao ano. Na média do triênio 1996/98, a produtividade foi 22% superior aquela de 1987.

O indicador de produtividade da pecuária não pode ser construído a partir de estatísticas anuais porque não existem indicadores representativos de taxas de conversão de peso a partir de alimentos consumidos, assim como não existem dados anuais de rebanhos. A alternativa utilizada foi a de comparar os dados do Censo Agropecuário de 1996 com os do Censo de 1985 que fornecem dados adequados para os estoques de rebanho e da produção obtida. Em consequência, obteve-se apenas uma estimativa média de crescimento da produtividade para o período entre os Censos. O resultado foi um crescimento muito parecido com o crescimento da produtividade das lavouras, cerca de 1,94% ao ano. A produtividade média do triênio de 1996/98 foi 21,3% maior que em 1987 (Tabela 2). No agregado, considerando pecuária e lavouras, a agropecuária mostrou um crescimento médio anual de 1,88 por cento ao ano.

Tabela 2
EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE, 1987-1998

Ano	Subsetores		Agropecuária
	Lavouras	Produtos animas	
1987	100.0	100.0	100.0
1988	96.1	101.9	98.0
1989	100.5	103.8	101.6
1990	94.9	105.8	98.5
1991	97.1	107.9	100.7
1992	103.6	110.0	105.7
1993	110.8	112.1	111.3
1994	111.3	114.3	112.3
1995	112.5	116.6	113.8
1996	114.2	118.9	115.8
1997	116.4	121.3	118.0
1998	122.4	123.6	122.8

Fonte: FIBGE.

O crescimento elevado da produtividade da terra foi favorecido por vários fatores. Em primeiro lugar, o fraco desenvolvimento na infra-estrutura de transportes comparado com as duas décadas anteriores, forçou a utilização mais intensiva do fator terra, utilizando tanto áreas tradicionais mais próximas dos centros urbanos como as áreas novas do Brasil Central e do Centro Oeste. Um segundo fator foi o aproveitamento de tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a empresa do governo responsável pela pesquisa agropecuária, principalmente a partir de meados da década de 70. Os componentes da nova tecnologia envolviam tanto novas variedades adaptadas às regiões de fronteira agrícola (principalmente regiões de cerrados) como os tratamentos culturais complementares dessas novas variedades.

Um terceiro fator importante foi, sem dúvida, o fator humano. A agricultura passou por um forte processo de profissionalização nesse período. Durante os anos 60 e 70, massas de agricultores se deslocam do Sul para outros estados, levando consigo algum capital físico mas, principalmente, capital humano e atraídos por terras aptas para a agricultura nessas novas áreas. Tano nas Regiões

do Centro Oeste como na Região Norte, esses agricultores começam a levantar o patamar de produtividade das culturas, auxiliados por terras novas e tecnologia existentes e apropriadas (David,1997). A mudança nos preços relativos, propiciada pela abertura, reduziu substancialmente o preço dos insumos agrícolas e como veremos mais adiante, atuou como o elemento importante para a aceleração da absorção e implantação dessas novas tecnologia orientadas para o crescimento da produtividade.

Tabela 3

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS MAIS IMPORTANTES, 1986-1998

Ano	Produti- vidade	Produtos					
	Algodão	Soja	Café	Cacau	Milho	Arroz	Feijão
1986-1988	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100	100.0
1987-1989	106.3	100.0	75.0	104.7	99.7	104	113.7
1988-1990	110.3	98.0	63.7	103.7	97.7	107	121.3
1989-1991	116.3	95.0	68.0	101.0	96.7	113	122.7
1990-1992	121.3	96.0	68.7	91.7	100.3	113	131.0
1991-1993	126.3	103.7	71.3	89.7	111.3	121	144.7
1992-1994	127.3	115.0	74.7	89.3	120.3	122	154.3
1993-1995	136.0	118.0	73.7	86.3	125.7	130	158.3
1994-1996	139.7	119.0	78.3	82.7	123.7	134	152.7
1995-1997	148.7	121.3	76.0	78.3	127.0	138	153.3
1996-1998	152.2	124.3	87.0	77.0	130.7	139	158.3

Fonte: FIBGE.

O crescimento da produtividade não foi homogêneo sendo mais intenso em alguns produtos e menos intenso em outros, com alguns produtores acima e outros abaixo da produtividade média. Na Tabela 3, é possível observar o rápido crescimento da produtividade de arroz e milho, os produtos mais representativos dos alimentos básicos de consumo da classe trabalhadora e da população mais pobre. A produtividade do milho passou de 100 em 1987 para 131 no triênio de 1996/98. O algodão mostrou expressivo crescimento no período, quando a produtividade cresceu cerca de 52%. A produtividade da soja cresceu menos de 30%. Esse fantástico desempenho tecnológico na agricultura foi favorecido de forma clara pela queda dos preços dos insumos agrícolas que ocorreu com as reformas estruturais.

Os produtos que se beneficiam da dinâmica dos mercados externos não tiveram resultados tão bons em termos de crescimento da produtividade quanto aquelas mais ligadas aos mercados domésticos. Dois históricos produtos da pauta de exportações, café e cacau, experimentaram taxas negativas de crescimento da produtividade. Por outro lado, o feijão que sempre foi um dos produtos mais problemáticos em termos de produtividade no passado, vem mostrando desempenho extraordinário com crescimento de 58% na produtividade entre 1987 e 1998, (Tabela 3).

A observação dos indicadores discutidos acima não deixa dúvidas quanto ao desempenho superior dos produtos de consumo doméstico e desempenho até decepcionante (casos de cacau e café) de produtos de exportação. A implicação desse comportamento diferenciado de produtos na agricultura brasileira sugere que a agricultura tomou uma direção mais orientada para atender o seu mercado interno do que para atender os mercados exportadores.

Os indicadores de produtividade para a pecuária são mais expressivos ainda do que para lavouras, no período que se estende de 1987 a 1998. O índice de produtividade da agropecuária,

média dos índices de produtividade para bovinos, aves, suínos, ovos e leite, registrou crescimento de 23,6% entre 1987 e 1998, superior aos 22,8% registrados para lavouras. Crescimento extraordinário coube ao segmento de suínos com um crescimento de 90,4% no período. A produtividade do leite foi também expressiva (25,7% no período).

O ajuste do setor agrícola via crescimento da produtividade ao nível da empresa agrícola propiciou o crescimento sustentado da agricultura no período mas se deu com ampliação de desemprego rural e alteração na estrutura das firmas agrícolas. A seguir, se expõe esse argumento.

B. Redução do emprego rural e mudanças na estrutura da firmas agrícolas

Este é um ponto que ainda merece reflexão e melhor análise porque os dados preliminares do Censo ainda não estão disponíveis em todos os cruzamentos requeridos. A agricultura brasileira se ajustou às várias restrições que enfrentou nas décadas de 80 e 90, empregando formas alternativas de capitalização interna ao estabelecimento produtivo, ligadas principalmente ao forte aumento na produtividade, redução de custos e desmobilização de ativos. A consequência foi um forte processo de desemprego de mão de obra não somente de trabalhador contratado mas também da família dos produtores, redução do número de estabelecimentos e queda nos preços das terras, principalmente após a estabilização. Este processo agrava uma situação anterior, com fortes raízes históricas, que caracterizam o setor agrícola brasileiro como uma das distribuições de renda mais desiguais na América Latina.

Os dados da apuração inicial do Censo Agrícola de 1996 permitem uma análise do pessoal ocupado na agricultura que teria se reduzido entre 1985 e 1996 em 23% enquanto o produto agregado do setor teria crescido 30% no mesmo período. Portanto, a produtividade média do trabalho cresceu mais do que a produtividade da terra durante o processo de

ajustamento. A Tabela 4 indica que a redução do emprego ocorre em todas as macro-regiões do país. Dos 5,5 milhões de postos de trabalho desaparecidos, 4,0 milhões foram no grupo de responsáveis pelos estabelecimentos produtivos (e membros de sua família), quando classificados por categoria de ocupação. Sabe-se também que 4,1 milhões de postos de trabalho desapareceram no grupo de estabelecimentos com tamanho menor que 200 hectares, ou seja, o grande peso do ajuste concentrou-se nos estabelecimentos de agricultura familiar. A maior redução no grupo dos empregados permanentes (173 mil) ocorre no Sudeste, seguido de perto pelo Nordeste (164 mil). Entre os empregados temporários, a maior redução está no Sudeste (420 mil). Esses dados preliminares do Censo não indicam uma concentração desproporcional do ajuste em nenhuma região. Houve uma distribuição bastante homogênea.

Tabela 4

PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA POR CATEGORIA, 1985-1995

Categorías	Año	Región					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sur	Centro-Oeste	Brasil
Personal ocupado total	1985	2 478	10 442	4 738	4 490	1 247	23 395
	1995	1 878	8 211	3 441	3 383	1 018	17 931
Variación (%)	1985-1995	-24.2	-21.4	-27.4	-24.7	-18.3	-23.4
Miembros responsables no remunerados da la família	1985	2 234	8 387	2 593	3 642	785	17 641
	1995	1 606	6 645	1 984	2 782	591	13 608
Variación (%)	1985-1995	-28.1	-20.8	-23.5	-23.6	-24.7	-22.9
Empreados permanentes	1985	87	610	925	333	236	2 192
	1995	95	446	753	291	253	1 839
Variación (%)	1985-1995	9.9	-26.9	-18.7	-12.5	7.0	-16.1
Empreados temporales	1985	131	1 199	832	423	183	2 768
	1995	121	932	412	230	139	1 835
Variación (%)	1985-1995	-7.5	-22.2	-50.5	-45.5	-24.3	-33.7
Socios	1985	9	106	285	53	16	469
	1995	14	60	172	37	7	290
Variación (%)	1985-1995	53.4	-43.8	-39.7	-29.8	-54.2	-38.2
Otra condición	1985	18	139	103	41	25	326
	1995	42	127	120	42	27	360
Variación (%)	1985-1995	136.1	-8.6	16.9	4.5	7.7	10.3

Fuente: FIBGE, Censo Agropecuario, 1996.

Como medida de política social compensatória para uma crise social desta dimensão, o verno reagiu acelerando os programas de reforma agrária com assentamento de cerca de 200 mil famílias no período recente e criou um programa de apoio creditício para a agricultura familiar, que já atingiu um volume de 700 mil produtores. Aparentemente, a compensação mais relevante esteve na reforma da previdência social depois das resoluções da Constituinte de 88 que aumentou o valor mínimo da pensão mensal de meio para um salário mínimo e estendeu o direito da aposentadoria por tempo de serviço para todos os idosos que pudessem comprovar o exercício do trabalho rural no passado, independentemente de qualquer contribuição para o sistema. Os resultados estão nas duas tabelas abaixo, o número de novas aposentadorias rurais é de quase dois milhões entre 1991 e 1995, o valor médio unitário mais do que dobra em valores reais (convertido em US\$) e a cobertura da população em idade de aposentadoria chega a um terço o que é extremamente significativo. Estes fatos adquirem uma dimensão de reparação social mais significativa quando verificamos que o impacto foi muito maior nos Estados de menor renda rural per capita e em especial no nordeste do país.

Tabela 5

**RANKING E EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR RURAL
E DE SEUS COMPONENTES NOS ESTADOS, 1991-1993**

Estados	Renda media domiciliar rural (YDR/N)		RIR / YDR (%)		Var. YDR/ YDR	Var. RIR/ YDR	Var. RNIR/ YDR
	1991	1993	1991	1993	1993-1991	1993-1991-	1993-1991-
Ceará	95	121.4	25.3	48.5	0.43	0.44	-0.01
Piauí	96	138.5	27.6	49.0	0.52	0.48	0.04
Paraíba	100	127.8	35.8	63.2	0.33	0.48	-0.15
Bahia	114	155.1	19.2	30.1	0.48	0.25	0.23
Rio Grande do N	122	175.7	26.2	39.6	0.73	0.42	0.31
Sergipe	129	156.0	19.0	38.3	0.20	0.27	-0.07
Pernambuco	130	118.7	22.4	55.8	-0.12	0.27	-0.39
Alagoas	130	135.4	17.8	34.7	0.06	0.19	-0.13
Maranhão	175	193.2	10.7	19.5	0.15	0.12	0.03
Goiás	185	260.4	13.0	17.9	0.66	0.17	0.49
Rondonia	187	-	7.2	-	-	0.11	-
Espirito Santo	188	205.6	10.5	23.9	0.22	0.19	0.04
Acre	198	-	17.2	-	-	0.25	-
Rio de Janeiro	202	222.9	17.0	23.1	0.17	0.10	0.07
Minas Gerais	205	219.2	12.0	25.0	0.14	0.17	-0.02
Paraná	205	335.6	12.2	20.9	0.53	0.20	0.34
Amazonas	212	-	11.3	-	-	0.12	-
Mato Grosso	231	294.3	8.1	11.4	0.68	0.11	0.57
Mato Grosso do S	231	294.3	11.6	20.7	0.29	0.15	0.13
Rio Grande do S	245	404.2	8.5	14.6	0.68	0.16	0.51
Sta. Catarina	264	427.0	6.2	9.9	0.76	0.11	0.65
Para	280	-	4.9	-	-	0.08	-
São Paulo	360	419.8	8.5	14.3	0.24	0.09	0.15
Distrito Federal	519	743.1	14.2	17.5	0.76	0.17	0.59

Fonte: Delgado, 1996.

Notas: 1) YDR= renda domiciliar rural, RIR= renda dos inativos rurais, RNIR= renda dos não-inativos rurais.

Tabela 6

QUANTIDADE E VALOR DE BENEFÍCIOS RURAIS, 1991-1995

Ano	Valor global dos benefícios (US\$milhões)	No. total de beneficiários rurais continuados ^a	No. total de aposentadorias rurais ^b	Valor unitário mensal dos BRC (US\$)	BRC/ pop.total (%)	BRC/ Pop. com idade de aposentado (%)
1991	180.0	4 080.4	2 371.7	44.1	2.78	19.6
1992	234.4	4 976.9	3 051.0	47.1	3.30	23.9
1993	403.8	6 001.0	3 989.3	67.3	3.96	31.1
1994	484.6	6 359.2	4 307.2	73.9	4.14	32.3
1995	639.4	6 361.2	4 263.9	100.5	-	-

Fonte: Delgado, 1996.

Notas: ^a= Aposentarias, Pensões e Rendas Mensais Vitalícias em manutenção, o estoque. ^b Estritamente as aposentadorias por idade.

C. A elevação da relação de trocas

Elemento importante na sustentação do crescimento agrícola pós-reformas foi a melhoria nas relações de troca dos agricultores. A agricultura se ajustou ao processo de abertura econômica iniciado em meados dos anos 80 com o início da liberalização de exportações agrícolas. Embora a abertura, já consolidada anos 90, tenha trazido maior competitividade nos mercados de produtos agrícolas e de alimentos processados, foi a abertura nos mercados de insumos que exerceu maior impacto sobre a agricultura. Esses mercados eram menos competitivos e absorveram mais os subsídios dados ao setor agrícola durante o período anterior. Com maior exposição à competição externa, ocorreu forte recomposição dos seus termos de troca que, juntamente com os aumentos de produtividade, resultaram em um maior poder de compra sobre os insumos agrícolas. Este é o principal fator que explica o crescimento agrícola nesse período de transformações estruturais e, ao mesmo tempo, estabelece o seu limite.

A partir de 1987, período mais característico da abertura, os preços recebidos pelos agricultores cresceram cerca de 30% em relação aos preços pagos pelos agricultores. No Índice de Preços Pagos pelos agricultores estão fertilizantes e outros insumos, bem como a remuneração para terra, capital e trabalho. O crescimento da relação de trocas poderia ter sido bem maior não fosse a perda experimentada pelo setor de pecuária. Enquanto o setor de lavouras experimentou um crescimento de 46% na relação de trocas entre 1987 e 1998, o setor de pecuária perdeu perto de 3%. Tanto o setor de lavouras quanto o setor de pecuária experimentaram crescimento na relação de trocas de 1987 a 1994 quando atingiram, respectivamente, os picos de 49% e 27%. A partir desse ano se observa queda na relação de trocas, com recuperação no setor de lavouras apenas a partir de 1997.

Dos 20 principais produtos analisados do setor de lavouras, quase todos experimentaram aumentos nos preços recebidos em relação aos preços pagos. Observa-se aumentos entre 24% para milho e 62% para mandioca e 65% para arroz, 11% para soja e 139% para café. Apenas uva, trigo e cacau experimentaram perdas na relação de troca de 23, 30 e 6% respectivamente. Para todos os produtos, o ano de 1994 representa um ponto de máximo no crescimento da relação de preços. No ano seguinte, se dá recuperação, exceto para aqueles produtos que experimentaram perdas na relação de trocas.

Como já foi discutido, o setor de pecuária experimentou perdas na relação de trocas. A fonte dessas perdas foi os setores de produção de frangos e leite. Este último perdeu quase 20% em sua relação de trocas de 1987 a 1988. Foram os setores de ovos e de suínos que

É possível inferir das evidências apresentadas nas relações de preços acima que a abertura da economia vem contribuindo para eliminar desequilíbrios de preços relativos na agricultura na direção de aumentar os preços dos produtos em relação aos preços dos insumos. Poucos produtos (frango e leite entre os produtos pecuários e cacau, trigo e uva entre os produtos do setor de lavouras) estavam com relações de troca mais favoráveis antes da abertura. A abertura possibilitou importação e exportação de produtos e insumos para a agricultura, integrando-a nos mercados internacionais, o que contribuiu para melhorar a relação de troca para a maior parte dos produtos. Com um processo mais homogêneo de formação de preços, a agricultura não mais reflete um comportamento diferenciado entre produtos tipicamente de exportação e produtos de consumo doméstico.

Tabela 7

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TROCA, 1987-1998

Ano	Produtividade		
	Lavouras	Pecuária	Agropecuária
1987	100.0	100.0	100.0
1988	118.1	92.1	109.5
1989	93.4	96.9	94.6
1990	122.0	119.6	121.2
1991	120.1	108.9	116.4
1992	121.2	102.8	115.2
1993	133.2	120.4	129.0
1994	149.4	127.5	142.2
1995	128.8	100.1	119.3
1996	122.5	90.2	111.8
1997	139.9	98.5	126.2
1998	145.7	97.7	129.9

Fonte: FIBGE, elaboração MBA.

Tabela 8

RELAÇÕES DE TROCA DE PRODUTOS SELECIONADOS, 1987-1998

Ano	Relação de Trocas				
	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Café
1987	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1988	121.4	99.4	128.1	140.3	91.5
1989	95.1	110.8	98.2	84.8	77.3
1990	150.3	126.0	145.7	83.4	90.3
1991	173.3	111.7	143.9	102.5	83.1
1992	139.7	106.7	134.7	109.6	79.9
1993	157.3	141.9	158.0	121.3	110.7
1994	156.9	155.3	137.8	106.7	236.2
1995	132.0	101.9	127.2	99.6	159.4
1996	125.3	106.3	123.2	100.8	140.2
1997	146.9	108.2	112.5	122.9	212.6
1998	167.7	159.6	125.0	108.4	223.7

Fonte: CONAB, elaboração MBA.

D. Aumento do poder de compra dos agricultores

O estímulo efetivo que os agricultores e pecuaristas obtiveram com a abertura pode ser avaliado através de um indicador de lucratividade. Para refletir a lucratividade se construiu um índice de poder de compra dado pelo produto do índice de preços relativos pelo índice de produtividade. Esse indicador registra que o poder de compra do segmento de lavouras cresceu cerca de 78% de 1987 a 1998. A evolução desse crescimento apresentou oscilações, com quedas em 1989, 1995 e 1996 e alta nos outros anos, até atingir um pico de 66% em 1994, voltando a crescer desde 1996. Em 1998, o crescimento no poder de compra da agricultura de lavouras foi resultado de um aumento de 22% no índice de produtividade e 46% no índice de relações de trocas. Os resultados foram bem inferiores para o setor de pecuária que apresentou aumento de apenas 20.7% no seu poder de compra de 1987 a 1998.

É importante observar que o crescimento observado na relação de preços recebidos das lavouras em geral e das culturas de consumo doméstico em particular se constituiu em importante incentivo aos agricultores para o crescimento observado na produção agrícola. A evolução do poder de compra no segmento lavouras apresentou crescimento bem superior aquele apresentado pelo segmento animal. A agricultura de lavouras apresentou crescimento de cerca de 78% em seu poder de compra de recursos produtivos. O crescimento nessa relação benefício/custo foi resultado de um aumento de 46% nos preços relativos e 22% no índice de produtividade das lavouras entre 1987 a 1998. A agricultura apresentou um ganho maior nas relações de preços e equiparável na produtividade, quando comparado com o setor agropecuário como um todo.

Tabela 9
**EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS SETORES
DE PECUÁRIA E LAVOURA, 1987-1998**

Ano	Índices de desempenho					
	Setor de pecuária			Setor de lavoura		
	Relação de troca	Produtividade	Poder de compra	Relação de troca	Produtividade	Poder de compra
1987	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1988	92.1	101.9	93.8	118.1	96.1	113.5
1989	96.9	103.8	100.6	93.4	100.5	94.0
1990	119.6	105.8	126.5	122.0	94.9	115.8
1991	108.9	107.9	117.5	120.1	97.1	116.7
1992	102.8	110.0	113.1	121.2	103.6	125.6
1993	120.4	112.1	135.0	133.2	110.8	147.6
1994	127.5	114.3	145.8	149.4	111.3	166.2
1995	100.1	116.6	116.7	128.8	112.5	144.9
1996	90.2	118.9	107.3	122.5	114.2	139.9
1997	98.5	121.3	119.5	139.9	116.4	162.8
1998	97.7	123.6	120.7	145.7	122.4	178.3

Fonte: FIBGE, CONAB, elaboração MBA.

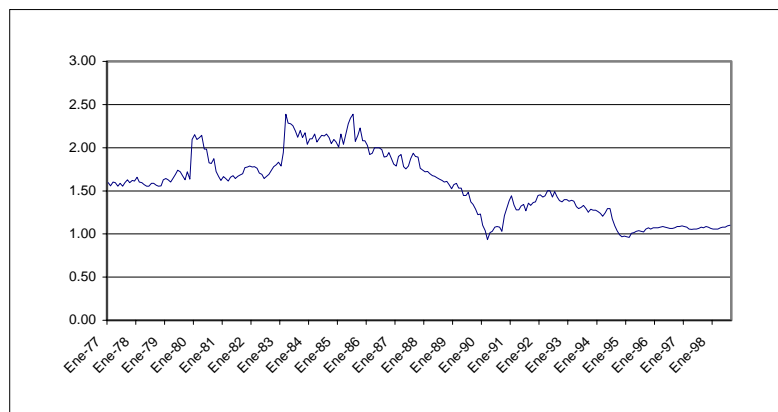
O setor de pecuária experimentou perdas de cerca de 2% na relação de trocas mas registrou um aumento de 23.6% na produtividade (Tabela 2), obtendo um ganho líquido de 21% no índice de poder de compra (Tabela 7), no período de 1987 a 1998. Quando se confronta os setores de lavouras e de pecuária, infere-se que o aumento da produtividade na pecuária se traduziu em redução de preços dos produtos desse setor numa velocidade maior do que a queda nos preços dos insumos utilizados. No caso das lavouras, com um crescimento levemente menor na produtividade (21.3% para lavouras e 23.6% para pecuária), o crescimento do índice de produtividade se deu em paralelo a um aumento nos preços dos produtos e queda nos preços dos insumos de forma a ampliar o índice de relação de trocas a favor da agricultura de lavouras.

Essa vantagem, medida em termos de produtividade e de melhora nas relações de troca, é que habilita o produtor agrícola de alta tecnologia a encontrar substitutos para o sistema tradicional de crédito rural. Com certeza, se altera substancialmente o público beneficiário desta forma de capitalização, quando comparada com o modelo anterior de política, onde a distribuição do crédito rural subsidiado era a variável mais importante. Neste novo sistema, todos os produtores com produtividade abaixo da média devem estar se descapitalizando e gradualmente sendo expulsos do setor.

III. Impactos da instabilidade macroeconômica

Na primeira metade dos anos 80, a economia brasileira é atingida por uma sucessão de choques macroeconômicos: o desequilíbrio nas transações comerciais com a crise do petróleo de 79 e recessão mundial, duas desvalorizações de moeda (dezembro de 1979 e março de 1983) e duas tentativas de conter a aceleração inflacionaria com política monetária restritiva e corte de despesa do governo (1981 e 1983). O setor agrícola sofre com recessão no mercado doméstico, forte redução no volume de crédito (principal fonte dos subsídios) e elevação nos custos de transporte. A desvalorização de cambio de 1979 não produziu as mudanças esperadas nos preços relativos, devido à aceleração da inflação que se seguiu ao forte processo de indexação dos preços domésticos à taxa de câmbio e a inflação defasada. Em 1983 a desvalorização cambial é acompanhada de forte recessão doméstica. O sucesso na eliminação do déficit comercial, com incremento de exportações incentivadas, tem seu impacto sobre o setor agropecuário amortecido devido a redução nos preços internacionais das commodities (Barros e Manoel, 1992). Depois de 1985 ocorre uma forte redução do câmbio real o que sugere um "viés doméstico" contra a agricultura na política macroeconômica.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO REAL, 1977-1998

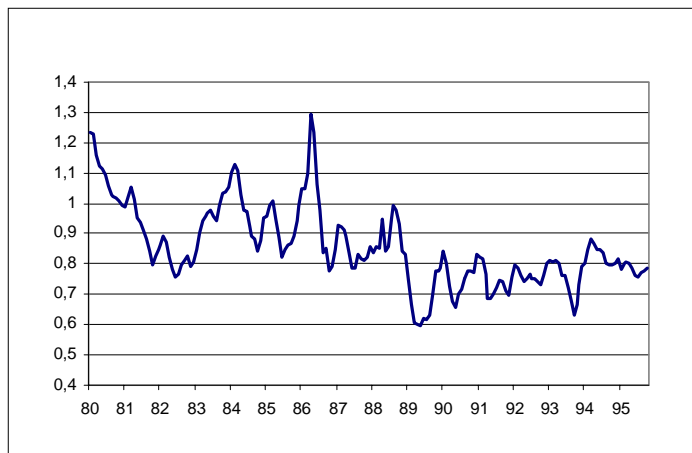


Crises cambiais na economia brasileira foram atenuadas com recursos vindos do FMI e Banco Mundial no início dos anos 80. Dai surgiram grande parte das pressões para que as autoridades econômicas brasileiras mudassem o seu modelo de política agrícola. As justificativas eram fundamentalmente ligadas ao descontrole das contas públicas com os gastos setoriais e o desequilíbrio nos preços relativos da agricultura provocados fundamentalmente pela ausência de liberdade de comércio. Essas pressões contribuíram para a implantação de reformas orientadas a liberalização de mercados e para retirada, às vezes gradual (café, cana de açúcar), às vezes repentina (trigo), do governo das atividades de regulação dos mercados agrícolas.

Em um ambiente macroeconômico de elevado risco, a agricultura perde a proteção governamental e se expõe nos mercados internacionais a elevado grau de risco comercial e que passa a ser dividido entre o sistema agro-industrial e os produtores agrícolas. Esta alta instabilidade macroeconômica parece ter contribuído para uma perda de margem de comercialização do produtor rural para a indústria agro-alimentar e para os intermediários, durante os picos de aceleração da inflação em 1982, 1985, 1987 e 1989. Posteriormente, com a estabilização e a consolidação simultânea do processo de abertura e com a integração do Mercosul a partir de 90, surge indicação de que a margem comercial reduz para um novo patamar. O Gráfico 5 mostra a evolução do índice de preço recebido pelos produtores agropecuários em relação ao índice de preços de alimentos pagos pelos consumidores urbanos.

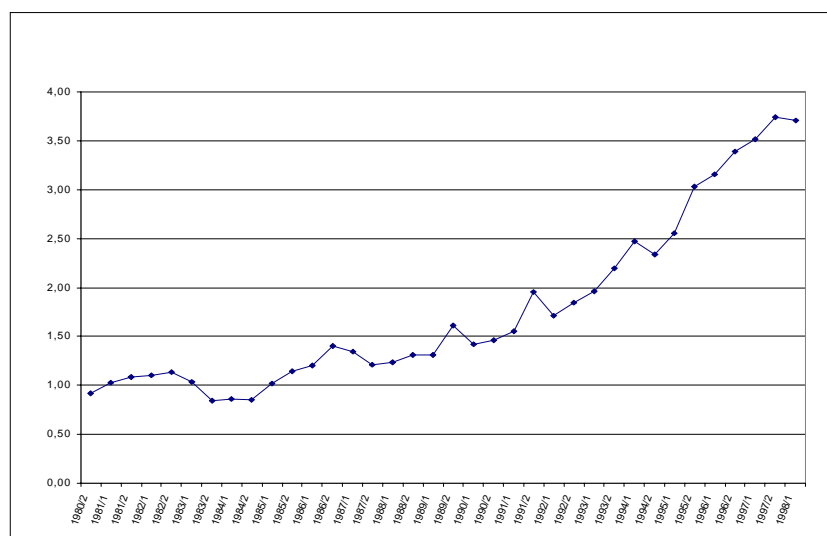
Vimos antes que os produtores rurais ganham muito no poder de compra sobre os insumos. Na seção anterior, encontramos evidência de que os agricultores perdem um pouco na margem de comercialização no mercado interno e com a moeda doméstica valorizada também devem ter perdido poder aquisitivo em relação aos salários urbanos. Aparentemente, a política macroeconômica prejudicou a agricultura. Todavia, acredita-se que ocorreram efeitos compensatórios, em função de incrementos substanciais na demanda de alimentos. Este é um ponto muito importante porque ainda temos que fornecer uma explicação satisfatória que sustente um crescimento da demanda por alimentos embora já tenhamos apresentado evidências de que a oferta agregada do setor agropecuário tenha crescido.

Gráfico 5
EVOLUÇÃO DAS MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO, 1980-1995



Utilizaremos um indicador de salário urbano dado pelo índice de salários pagos pela indústria de construção civil das grandes cidades para medir a evolução do poder de compra dos salários em termos de alimentos. A vantagem em utilizar o salário do Setor de Construção Civil vem do fato de que o nível de qualificação destes trabalhadores é baixo, seu poder de organização sindical também é baixo o que lhes confere a característica de um setor do mercado de trabalho urbano com salários flexíveis diante das flutuações do nível de demanda agregada. Outra vantagem deste indicador de salário é a de que se referem a um contingente da população de baixo poder aquisitivo e que gastam portanto uma parcela mais elevada de sua renda no consumo de alimentos. O Gráfico 6 apresenta o comportamento deste índice de salário em relação ao índice combinado dos preços pagos pelos alimentos (IPC-alimentos) e pelos artigos de vestuário (IPC-vestuário) onde as fibras produzidas pelo setor rural também são elemento de custo relevante.

Gráfico 6
EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1980/1997



A liberalização comercial e a política cambial promoveram uma transformação radical dos preços relativos com uma forte redução dos preços dos alimentos em relação aos salários urbanos dos grupos de trabalhadores de baixa qualificação. Este ajustamento permite um crescimento da demanda por alimentos que encontra uma resposta equivalente do lado da oferta agregada do setor rural porque aqui também ocorre uma forte redução nos preços dos insumos, abrindo caminho para uma forte difusão das tecnologias mais modernas. A característica radical destes movimentos de preços relativos somada com a redução do programa de crédito oficial discrimina fortemente contra os produtores de tecnologia tradicional e de pequeno porte dando-lhes pouca chance de sobrevivência em tão curto espaço de tempo.

Referências bibliográficas

- Barros, J. R. M e A. Manoel (1992), Insumos Agrícolas: Evolução Recente e Perspectivas», em A.S.P. Brandão, Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira, Análise e Sugestões, PNPE, IPEA.
- Brandão, A.S. e J.L.Carvalho (1990), “Economia Política de las Intervenciones de Precios en Brasil”, em Krueger, A.O., M.Schiff e A. Valdes, *Economia Política de Las Intervenciones de Precios en America Latina*, BIRD/BID.
- David, M.B.A. (1997), “Les Transformations de l’Agriculture Brésilienne- une modernisation perverse”. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain.
- Delgado, G.C. (1996), “Previdência Rural: Relatório de Avaliação Sócioeconômica”, Projeto IPEA/MPAS, Brasília, Outubro.
- Goldin, I. e G.C. Rezende (1993), “A Agricultura Brasileira na Década de 80: crescimento numa economia em crise”, Rio de Janeiro: IPEA; em inglês, "Agriculture and Economic Crisis: lessons from Brazil", Paris:OECD,1989.



NACIONES UNIDAS



Serie

desarrollo productivo

Números publicados

- 44 Restructuring in manufacturing: case studies in Chile, México and Venezuela (LC/G.1971), Red de reestructuración y competitividad, Carla Macario, agosto de 1998. [www](#)
- 45 La competitividad internacional de la industria de prendas de vestir de la República Dominicana (LC/G.1973), Red de empresas transnacionales e inversión extranjera, Lorenzo Vicens, Eddy M. Martínez y Michael Mortimore, febrero de 1998. [www](#)
- 46 La competitividad internacional de la industria de prendas de vestir de Costa Rica (LC/G.1976), Red de inversiones y estrategias empresariales, Michael Mortimore y Ronney Zamora, agosto de 1998. [www](#)
- 47 Comercialización de los derechos de agua (LC/G.1989), Red de desarrollo agropecuario, Eugenia Muchnick, Marco Luraschi y Flavia Maldini, noviembre de 1998. [www](#)
- 48 Patrones tecnológicos en la hortofruticultura chilena (LC/G.1990), Red de desarrollo agropecuario, Pedro Tejo, diciembre de 1997. [www](#)
- 49 Policy competition for foreign direct investment in the Caribbean basin: Costa Rica, Jamaica and the Dominican Republic (LC/G.1991), Red de reestructuración y competitividad, Michael Mortimore y Wilson Peres, mayo de 1998. [www](#)
- 50 El impacto de las transnacionales en la reestructuración industrial en México. Examen de las industrias de autopartes y del televisor (LC/G.1994), Red de inversiones y estrategias empresariales, Jorge Carrillo, Michael Mortimore y Jorge Alonso Estrada, septiembre de 1998. [www](#)
- 51 Perú: un CANálisis de su competitividad internacional (LC/G.2028), Red de inversiones y estrategias empresariales, José Luis Bonifaz y Michael Mortimore, agosto de 1998. [www](#)
- 52 National agricultural research systems in Latin America and the Caribbean: changes and challenges (LC/G.2035), Red de desarrollo agropecuario, César Morales, agosto de 1998. [www](#)
- 53 La introducción de mecanismos de mercado en la investigación agropecuaria y su financiamiento: cambios y transformaciones recientes (LC/L.1181 y Corr.1), Red de desarrollo agropecuario, César Morales, abril de 1999. [www](#)
- 54 Procesos de subcontratación y cambios en la calificación de los trabajadores (LC/L.1182-P), Red de reestructuración y competitividad, Anselmo García, Leonard Mertens y Roberto Wilde, N° de venta: S.99.II.G.23, (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 55 La subcontratación como proceso de aprendizaje: el caso de la electrónica en Jalisco (México) en la década de los noventa (LC/L.1183-P), Red de reestructuración y competitividad, Enrique Dussel, N° de venta: S.99.II-G.16 (US\$ 10.00), 1999. [www](#)
- 56 Social dimensions of economic development and productivity: inequality and social performance (LC/L.1184-P), Red de reestructuración y competitividad, Beverley Carlson, N° de venta: E.99.II.G.18, (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 57 Impactos diferenciados de las reformas sobre el agro mexicano: productos, regiones y agentes (LC/L.1193-P), Red de desarrollo agropecuario, Salomón Salcedo, N° de venta: S.99.II.G.19 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 58 Colombia: Un CANálisis de su competitividad internacional (LC/L.1229-P), Red de inversiones y estrategias empresariales, José Luis Bonifaz y Michael Mortimore, N° de venta S.99.II.G.26 (US\$10.00), 1999.
- 59 Grupos financieros españoles en América Latina: Una estrategia audaz en un difícil y cambiante entorno europeo (LC/L.1244-P), Red de inversiones y estrategias empresariales, Alvaro Calderón y Ramón Casilda, N° de venta S.99.II.G.27 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 60 Derechos de propiedad y pueblos indígenas en Chile (LC/L.1257-P), Red de desarrollo agropecuario, Bernardo Muñoz, N° de venta: S.99.II.G.31 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 61 Los mercados de tierras rurales en Bolivia (LC/L.1258-P), Red de desarrollo agropecuario, Jorge A. Muñoz, N° de venta: S.99.II.G.32 (US\$10.00), 1999. [www](#)

- 62 México: Un CANálisis de su competitividad internacional (LC/L.1268-P), Red de inversiones y estrategias empresariales, Michael Mortimore, Rudolph Buitelaar y José Luis Bonifaz, N° de venta S.00.II.G.32 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 63 El mercado de tierras rurales en el Perú, Volumen I: Análisis institucional (LC/L.1278-P), Red de desarrollo agropecuario, Eduardo Zegarra Méndez, N° de venta: S.99.II.G.51 (US\$10.00), 1999 [www](#) y Volumen II: Análisis económico (LC/L.1278/Add.1-P), Red de desarrollo agropecuario, Eduardo Zegarra Méndez, N° de venta: S.99.II.G.52 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 64 Achieving educational quality: What schools teach us (LC/L.1279-P), Red de reestructuración y competitividad, Beverley A. Carlson, N° de venta E.99.II.G.60 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 65 Cambios en la estructura y comportamiento del aparato productivo latinoamericano en los años 1990: después del "Consenso de Washington", ¿Qué?, (LC/L.1280-P), Red de reestructuración y competitividad, Jorge Katz, N° de venta S.99.II.G.61 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 66 El mercado de tierras en dos provincia de Argentina: La Rioja y Salta (LC/L.1300-P), Red de desarrollo agropecuario, Jürgen Popp y María Antonieta Gasperini, N° de venta S.00.II.G.11 (US\$10.00), 1999. [www](#)
- 67 Las aglomeraciones productivas alrededor de la minería: el caso de la Minera Yanacocha S.A. (LC/L.1312-P), Red de reestructuración y competitividad, Juana R. Kuramoto, N° de venta S.00.II.G.12 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 68 La política agrícola en Chile: lecciones de tres décadas (LC/L.1315-P), Red de desarrollo agropecuario, Belfor Portilla R., N° de venta S.00.II.G.6 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 69 The current situation of small and medium-sized industrial enterprises in Trinidad & Tobago, Barbados and St.Lucia, (LC/L.1316-P), Red de reestructuración y competitividad, Michael Harris, N° de venta E.00.II.G.85 (US\$10.00), 2000.
- 70 Una estrategia de desarrollo basada en recursos naturales: Análisis *cluster* del complejo de cobre de la Southern Perú, (LC/L.1317-P), Red de reestructuración y competitividad, Jorge Torres-Zorrilla, N° de venta S.00.II.G.13 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 71 La competitividad de la industria petrolera venezolana, (LC/L.1319-P), Red de reestructuración y competitividad, Benito Sánchez, César Baena y Paul Esqueda, N° de venta S.00.II.G.60 (US\$10.00), 2000.
- 72 Trayectorias tecnológicas en empresas maquiladoras asiáticas y americanas en México (LC/L.1323-P), Red de reestructuración y competitividad, Jorge Alonso, Jorge Carrillo y Oscar Contreras, N° de venta S.00.II.G.61 (US\$10.00), 2000.
- 73 El estudio de mercado de tierras en Guatemala (LC/1325-P), Red de desarrollo agropecuario, Jaime Arturo Carrera, N° de venta S.00.II.G.24 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 74 Pavimentando el otro sendero: tierras rurales, el mercado y el Estado en América Latina (LC/L.1341-P), Red de desarrollo agropecuario, Frank Vogelgesang, N° de venta S.00.II.G.19 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 75 Pasado y presente del comportamiento tecnológico de América Latina (LC/L.1342-P), Red de reestructuración y competitividad, Jorge Katz, N° de venta S.00.II.G.45 (US\$10.000), 2000. [www](#)
- 76 El mercado de tierras rurales en la República Dominicana (LC/L.1363-P), Red de desarrollo agropecuario, Angela Tejada y Soraya Peralta, N° de venta S.00.II.G.53 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 77 El mercado de tierras agrícolas en Paraguay (LC/L.1367-P), Red de desarrollo agropecuario, José Molinas Vega. N° de venta S.00.II.G.145 (US\$10.00), 2000.
- 78 Pequeñas y medianas empresas industriales en Chile (LC/L.1368-P), Red de reestructuración y competitividad, Cecilia Alarcón y Giovanni Stumpo, N° de venta S.00.II.G.72 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 79 El proceso hidrometalúrgico de lixiviación en pilas y el desarrollo de la minería cuprífera en Chile, Red de reestructuración y competitividad (LC/L.1371-P), Jorge Beckel, N° de venta S.00.II.G.50 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 80 La inversión extranjera en México (LC/L.1414-P), Red de inversiones y estrategias empresariales, Enrique Dussel Peters, N° de venta S.00.II.G.104 (US\$10.00), 2000.
- 81 Two decades of adjustment and agricultural development in Latin America and the Caribbean (LC/L.1380-P), Red de desarrollo agropecuario, Max Spoor, N° de venta E.00.II.G.54 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 82 Costa Rica: Sistema Nacional de Innovación (LC/L.1404-P), Rudolph Buitelaar, Ramón Padilla y Ruth Urrutia-Alvarez, Red de reestructuración y competitividad, N° de venta S.00.II.G.71 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 83 Petróleo: importancia e impactos de sus relaciones sectoriales, Red de reestructuración y competitividad, Luis Gustavo Florez. En prensa.
- 84 The transformation of the American Apparel Industry: Is NAFTA a curse or blessing (LC/L.1420-P), Red de inversiones y estrategias empresariales, Gary Gereffi, N° de venta S.00.II.G.103, (US\$10.00), 2000.
- 85 Perspectivas y restricciones al desarrollo sustentable de la producción forestal en América Latina (LC/L.1406-P), Red de desarrollo agropecuario, Maria Beatriz de Albuquerque David, Violette Brustlein y Philippe Waniez, N° de venta S.00.II.G.73 (US\$10.00), 2000.
- 86 Mejores prácticas en políticas y programas de desarrollo rural: implicancias para el caso chileno, Red de desarrollo agropecuario, Maximiliano Cox. En prensa.

- 87 Towards a theory of the small firm: theoretical aspects and some policy implications (LC/L.1415-P), Red de reestructuración y competitividad, Marco R. Di Tommaso y Sabrina Dubbini, N° de venta E.00.II.G.86 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 88 Desempeño de las exportaciones, modernización tecnológica y estrategias en materia de inversiones extranjeras directas en las economías de reciente industrialización de Asia. Con especial referencia a Singapur (LC/L.1421-P), Sanjaya Lall, Red de inversiones y estrategias empresariales, N° de venta S.00.II.G.108 (US\$10.00), 2000.
- 89 Mujeres en la estadística: la profesión habla, Beverly Carlson, Red de reestructuración y competitividad, N° de venta S.00.II.G.116 (US\$10.00), 2000.
- 90 Impacto de las políticas de ajuste estructural en el sector agropecuario y agroindustrial: el caso de Argentina. Red de desarrollo agropecuario, G. Ghezán, M. Materos y J. Elverdin. En prensa.
- 91 Comportamento do mercado de terras no Brasil, Red de desarrollo agropecuario, G. Leite da Silva, C. Afonso, C. Moitinho. En prensa.
- 92 Estudio de caso: o mercado de terras rurais na regio da zona da mata de Pernambuco, Brasil, Volumen I (LC/L.1447-P), Red de desarrollo agropecuario, M. dos Santos Rodrigues y P. de Andrade Rollo, N° de venta S.00.II.G.127 (US\$10.00), 2000. [www](#) y Volumen II (LC/L.1447/Add.1-P), Red de desarrollo agropecuario, M. dos Santos Rodrigues y P. de Andrade Rollo, N° de venta S.00.II.G.128 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 93 La participación de pequeños productores en el mercado de tierras rurales en El Salvador (LC/L.1448-P), Red de desarrollo agropecuario, H. Ever, S. Melgar, M.A. Batres y M. Soto, N° de venta S.00.II.G.129 (US\$10.00), 2000. . [www](#)
- 94 El impacto de las reformas estructurales en la agricultura colombiana (LC/L.1449-P), Red de desarrollo agropecuario, Santiago Perry, N° de venta S.00.II.G.130 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 95 Costa Rica: el nuevo marco regulatorio y el sector agrícola (LC/L.1453-P), Red de desarrollo agropecuario, Luis Fernando Fernández Alvarado y Evelio Granados Carvajal, N° de venta S.00.II.G.133 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 96 Cuero, calzado y afines en Chile, Red de reestructuración y competitividad, Lázló Kassai. En prensa.
- 97 La pobreza rural una preocupación permanente en el pensamiento de la CEPAL (LC/L.1454-P), Pedro Tejo, Red de desarrollo agropecuario, N° de venta S.00.II.G.134 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 98 Incidencia de las reformas estructurales sobre la agricultura boliviana (LC/L.1455-P), Fernando Crespo Valdivia, Red de desarrollo agropecuario, N° de venta S.00.II.G.135 (US\$10.00), 2000. [www](#)
- 99 Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998 boliviana (LC/L.1485-P), Guilherme Leite da Silva Dias y Cicely Moitinho Amaral, Red de desarrollo agropecuario, N° de venta S.01.II.G.17 (US\$10.00), 2001. [www](#)

Algunos títulos de años anteriores también se encuentran disponibles

- El lector interesado en números anteriores de esta serie puede solicitarlos dirigiendo su correspondencia a la Unidad de Desarrollo Agrícola de la División de Desarrollo Productivo y Empresarial, CEPAL, Casilla 179-D, Santiago, Chile. No todos los títulos están disponibles.
- Los títulos a la venta deben ser solicitados a la Unidad de Distribución, CEPAL, Casilla 179-D, Santiago, Chile, Fax (562) 210 2069, publications@eclac.cl.
- [www](#): Disponible también en Internet: <http://www.eclac.cl>

Nombre:.....

Actividad:

Dirección:

Código postal, ciudad, país:

Tel.: Fax: E.mail: